

A LINGUAGEM DOS QUADRINHOS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Raul Felipe Silva Rodrigues¹

Márjorie Garrido Severo²

Valéria Aparecida Bari³

GT7 – Educação, Linguagens e Artes

RESUMO

Este artigo trata da abordagem das histórias em quadrinhos no gênero do discurso dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna, na segunda versão da proposta da Base Nacional Comum Curricular. Que tem como fundamentos legais da educação brasileira a Lei nº 9.394 de 1996 e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Com relação a análise dos objetivos de aprendizagem, os principais teóricos da linguagem dos quadrinhos utilizados foram: Antonio Luiz Cagnin (1975), Umberto Eco (1984) e Will Eisner (1995). O propósito desse texto consiste em evidenciar a importância das histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no contexto curricular nacional. Para tanto, os procedimentos explicativos aplicados compreendem a descrição da abordagem das histórias em quadrinhos na Base Nacional Comum Curricular e identificação dos conhecimentos solicitados para assimilação da informação presente nesse gênero.

Palavras-chave: História em quadrinhos. Educação. Linguagem.

ABSTRACT

This article deals with the approach of comics in the genre of discourse of the curricular components Portuguese Language and Modern Foreign Language, of the National Curricular Common Base. That has as legal fundamentals of the Brazilian education the Law nº 9.394 of 1996 and Law nº 13.005, of June 25, 2014. About the analysis of learning objectives, the main theorists of the language of the comics used were: Antonio Luiz Cagnin (1975), Umberto Eco (1984) and Will Eisner (1995). The purpose of this text is to highlight the importance of comics as a pedagogical resource in the national curricular context. Therefore, the explanatory procedures applied comprehend the description of the approach of comics in the National Curricular Common Base and identification of the knowledge required to assimilate the information present in this genre.

Keywords: Comics. Education. Language.

¹ Graduando do curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração e Manifestações (PLENA). E-mail: <rauldolago1@gmail.com>.

² Professora efetiva do Departamento de Artes Visuais e Design da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada na Licenciatura em Artes Visuais (UFS). Mestra em Educação pela UFBA. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Contemporaneidade (EDUCON). Membro do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações (PLENA). E-mail: <garridosevero@yahoo.com.br>

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Vice-diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (CCSA/UFS) e Conselheira do Conselho Regional de Biblioteconomia da Quinta Região. Líder do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração e Manifestações (PLENA). E-mail: <valbari@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

O presente texto discorre sobre a admissão das histórias em quadrinhos como complemento dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna, na segunda versão da proposta da Base Nacional Comum Curricular. Inseridas nos conteúdos gêneros textuais e do discurso.

Fundamentado na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, comumente conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o propósito deste texto consiste em evidenciar a importância das histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no contexto curricular nacional.

Para tanto, apresenta as algumas considerações dos principais teóricos da linguagem dos quadrinhos: Cagnin (1975), Eco (1984) e Eisner (1995), e as relaciona à evolução da construção de sentido desse gênero. Desde os componentes do discurso ao uso das histórias em quadrinhos como recurso didático e sua relevância.

Em seguida trata dos fundamentos legais da Base Nacional Comum Curricular. E descreve a abordagem das histórias em quadrinhos na segunda versão da proposta. E as associa à alguns conceitos sobre o assunto, definidos pelos teóricos utilizados, bem como de pesquisadores contemporâneos.

Dessa forma evidencia determinados conhecimentos específicos solicitadas aos leitores para a assimilação plena das informação presentes em uma história em quadrinhos. E destaca a necessidade do desenvolvimento dessa capacidade, especialmente da leitura da imagem. De modo que os leitores devidamente instruídos no gênero possam afastar-se da coerção da linguagem por imagens e sejam capazes de realizar uma reflexão crítica da leitura.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E EDUCAÇÃO

O homem tem marcada tendência para contar, ouvir, ver ou ler histórias. É uma constante universal no tempo e no espaço: em todas as épocas temos narrativas, em todos os lugares habitados há histórias. Além disto, tudo serve para contar histórias: a língua escrita ou falada, o teatro, a coreografia, o cinema, os monumentos, a música, o bailado, a mímica . . . e as histórias-em-quadrinhos. (CAGNIN, 1975, p. 21).

Tal afirmação de Cagnin (1975), um dos pioneiros no estudo acadêmico das histórias em quadrinhos, destaca a função narrativa própria de tais produções e por

consequente sua importância para linguagem. Segundo o autor “A história-em-quadrinhos é um sistema narrativo formado de dois códigos de signos gráficos: a imagem, obtida pelo desenho; a linguagem escrita” (CAGNIN, 1975, p. 26).

No âmbito das HQ, a substância de expressão destas unidades é visual e, isoladas ou unidas à linguagem escrita, [...] se prestam a funcionar como unidades narrativas, pois têm equivalentes às unidades narrativas lingüísticas: as partes de uma imagem podem significar um todo; qualquer forma que a imagem atualize é a solução de, pelo menos, dois enunciados lingüísticos, o que corresponde exatamente às unidades narrativas mínimas, encontradas até agora com base nas unidades lingüísticas do discurso; na imagem existem os aspectos descritivos, estáticos, [...] e os aspectos narrativos propriamente ditos, ou funções. (*Idem*, p. 156)

Sobre o discurso vale destacar que este “[...] comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala, e o ouvinte [...]” (ARISTÓTELES *apud* ALMEIDA JUNIOR, 2006, p. 75). Segundo Costa (2009) esses elementos caracterizam os gêneros simples do discurso, ou gêneros primários, “[...] que se apresentam em situações de comunicação mais ‘simples’ e diretamente ligadas ao cotidiano social” (BAKTHIN *apud* COSTA, 2009, n.p.). Conforme a categorização de gênero no sentido bakhtiniano, o autor esclarece que os “[...] gêneros secundários seriam ‘complexos’, pois ‘aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída’.” (*Idem*). Dessa forma as histórias em quadrinhos se enquadram na categoria de gênero secundário, uma vez que,

[...] elas se constroem a partir tanto de uma memória de gênero, que armazena as características que viabilizam a construção de sentidos, quanto de uma memória discursiva, que toma por base o processo de criação de seus enunciados e, ao construí-los, contribuirá para a geração dos enunciados posteriores, bem como de sua construção de sentido. (*Idem*)

Dessa forma a construção de sentido do gênero história em quadrinhos evolui à medida que sua produção se desenvolve, como reflexo de uma narrativa social de determinada época. De acordo com Eisner (1995), pioneiro na teorização da arte sequencial gráfica⁴, “desde a primeira aparição dos quadrinhos na imprensa diária, na virada do século, essa forma popular de leitura encontrou um público amplo e, em particular, passou a fazer parte da dieta literária inicial da maioria dos jovens.” (EISNER, 1995, p. 7). Além disso Will Eisner afirma

⁴ Forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia.” (EISNER, 1989, p.5) .

que à medida que essa linguagem se vale da experiência visual comum entre as partes, a relação entre imagens e palavras facilita sua compreensão.

Durante os últimos cem anos, o lema da leitura tem sido diretamente vinculado ao conceito de alfabetização; ... aprender a ler... tem significado aprender a ler palavras... Mas... gradualmente a leitura foi se tornando objeto de um exame mais detalhado. Pesquisas recentes mostram que a leitura de palavras é apenas um subconjunto de uma atividade humana mais geral, que inclui a decodificação de símbolos, a integração e a organização de informações... Na verdade, pode-se pensar na leitura – no sentido mais geral – como uma forma de atividade de percepção. A leitura de palavras é uma manifestação dessa atividade; mas existem muitas outras leituras – de figuras, mapas, diagramas, circuitos, notas musicais... (WOLF *apud* EISNER, 1995, p.7-8)

Isto posto, evidencia características do gênero história em quadrinhos, necessárias para o entendimento do seu uso e relevância. Visto que as HQs apresentam uma linguagem própria e de fácil comunicação, vale ressaltar algumas considerações do livro “Apocalípticos e Integrados” de Umberto Eco (2011). Livro de ensaios publicados em 1964, no qual o filósofo italiano se ocupa da cultura de massa, assim como da educação e aborda as histórias em quadrinhos nesse contexto.

Em seu livro ao tratar do Super-homem típico da cultura de massa de sua época, Eco (2011) apresenta importantes considerações sobre os meios de comunicação – *mass media* – e instrumentos dessa cultura, e adverte,

[...] colocada uma classe dirigente na posse dos instrumentos culturais, e excluídas, o mais das vezes, as classes subalternas do exercício da escrita - a única possibilidade de educar as massas era a tradução dos conteúdos oficiais da cultura em imagens, [...] instrumento educativo típico de uma sociedade de fundo paternalista, mas na superfície, individualista e democrático, e substancialmente tendente a produzir modelos humanos heterodirigidos. (ECO, 2011, p. 22).

Apesar da crítica às histórias em quadrinhos *mainstream*, “[...] entendidas em si como abertas a apropriação e remanejo pelas indústrias midiáticas” (GORDON *apud* JENKINS, p. 21). A argumentação de Umberto Eco por vezes põe em destaque o potencial comunicativo e facilitador da linguagem dos quadrinhos.

Mas a linguagem da imagem sempre foi o instrumento de sociedades paternalistas, que subtraíam aos seus dirigidos o privilégio de um corpo-a-corpo lúcido com o significado comunicado, livre da presença sugestiva de um “ícone” concreto, cômodo e persuasivo. E por trás de toda coerção da

linguagem por imagens, sempre esteve uma elite de estrategos da cultura, educados pelo símbolo escrito e pela noção abstrata. Uma civilização democrática só se salvará se fizer da linguagem da imagem uma provocação à reflexão crítica, não um convite à hipnose. (ECO, 2011, p.353)

Dessa forma, a medida que as particularidades desse gênero complexo do discurso – histórias em quadrinhos – facilitam a compreensão do sentido, através da relação entre imagens e palavras. Demandam dos leitores modernos uma reflexão crítica, capaz de identificar mais que o gênero em si, como também as relações com os demais gêneros do discurso.

FUNDAMENTOS LEGAIS PARA CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

De acordo com o artigo seis da Constituição Federal de 1988, a educação consiste num direito fundamental de natureza social. Nesse sentido, o vigésimo quarto inciso do artigo vinte e dois estabelece que compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a Constituição Federal passou determinar que,

A lei estabelecerá o **plano nacional de educação**, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...]. (BRASIL, 2009, grifo nosso).

O destaque dado aos artigos seis e vinte dois, representam para este trabalho a base da fundamentação legal que proporcionou a elaboração da Base Nacional Comum Curricular. A partir dos quais se estabelecem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina no nono artigo inciso quatro que compete a União,

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os **currículos** e seus **conteúdos mínimos**, de modo a assegurar formação básica **comum**; (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Vale ressaltar que tal inciso permanece sem alteração, ou seja, corresponde a parte do texto original da LDB de 1996. Em outras palavras a mais de vinte anos existe a necessidade de assegurar a formação básica comum para todas as etapas do sistema educacional.

Já no artigo vinte e três a lei apresenta um mecanismo para garantir a formação básica comum, “com base na idade, na competência e em outros critérios” (*Idem*) de modo que “§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.” (*Idem*).

A partir de 2013 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da Lei nº 12.796 de abril do mesmo ano, passou a legislar sobre a Base Nacional Comum Curricular,

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Ampliado pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que passou a contemplar a obrigatoriedade curricular do estudo “[...] da **língua portuguesa** e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil [...]” (Brasil, 2016, grifo nosso). E da língua inglesa a partir do sexto ano no currículo do ensino fundamental. (*idem*).

A medida também alterou o artigo trinta e seis que trata do currículo do ensino médio. Com ênfase nas áreas das linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, bem como a formação técnica e profissional. Determinando que:

[...] Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da **língua inglesa** e poderão ofertar **outras línguas estrangeiras**, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (*Idem*, grifo nosso)

Os destaques dados aqui à Língua Portuguesa e Inglesa, assim como a outras línguas estrangeiras, correspondem as áreas de conhecimento da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular que apresentam as histórias em quadrinhos como proposta de conteúdo.

HQ COMO CONTEÚDO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Como dito a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016) apresenta as histórias em quadrinhos como proposta de conteúdo, inserida nas áreas de conhecimento da linguagem.

Sendo que nos anos iniciais do ensino fundamental, na área de conhecimento da língua portuguesa o conteúdo das HQs organiza-se a partir da construção do sentido por meio da conexão entre imagens e palavras (*Idem*, p.194); utilização das imagens na narrativa visual (*Idem*, p.196) e recursos gráficos – tipos de balões, de letras e figuras (*Idem*, p. 197); conversão das histórias em quadrinhos em textos narrativos (*Idem*, p.209)

Com relação entre a conexão dos códigos que compõem as HQ e utilização das imagens na narrativa visual. Cagnin (1975) esclarece que a imagem, elemento figurativo,

[...] é vista no seu todo e assim ela nos transmite a sua mensagem. O olho, porém, pode passear sobre as suas diversas partes, buscando aquela dominante que é o núcleo do todo [...]. A leitura pode ser global, ou figurativo seguir várias direções e sentido (circular, transversal, para a direita, para a esquerda, etc.). Este tipo de leitura, pode-se dizer, é o mesmo que normalmente se faz de um quadro. A área limitada pelas linhas de contorno é dividida em partes hierarquicamente valorizadas (ou cronologicamente influentes no roteiro da leitura): a área central, marcada pelo cruzamento das diagonais, seria mais importante que as periféricas; as de cima, mais que as de baixo; as dos cantos, menos que as demais. (CAGNIN, 1975, p. 52)

Enquanto a leitura do texto, elemento linguístico integrado no sistema narrativo, “obedece a ordem dos balões e das legendas [...] informante da ordem cronológica do ato de fala e do diálogo.” (*Idem*, 53). Sendo assim, a leitura texto obedece a ordem do próprio tempo narrativo, à medida que a leitura das vinhetas⁵, conexão entre os códigos das histórias em quadrinhos, podem seguir várias direções e sentidos. Para tanto análise visual parte da identificação e compreensão dos elementos do sistema narrativo, [...]disponíveis na semiologia da história em quadrinhos, ou seja, utilização de balões⁶, requadros⁷ separando as

⁵ Pode representar o ambiente, ações e personagens [...] constituída da relação dos elementos visuais com os elementos verbais. (LIMA, 2011, p.06).

⁶ O elemento que indica o diálogo entre as personagens e introduz o discurso direto na sequência narrativa. (CAGNIN, 1975, p. 121).

⁷ Moldura dentro da qual se colocam objetos e ações (EISNER, 1989, p.44).

vinhetas com calhas⁸, recordatórios⁹, onomatopeias¹⁰, metáforas visuais¹¹ e linhas cinéticas¹². (BARI; SANTANA, 2015, p. 325).

Desse modo apesar das histórias em quadrinhos facilitarem a compreensão da informação transmitida, sua conversão em textos narrativos requer uma análise detalhada de cada vinheta. A fim de decodificar além mensagem direta individual o sentido total da história.

Já nos anos finais do ensino fundamental as propostas de utilização das histórias em quadrinhos como parte do conteúdo curricular compreende as suas especificidades como gênero textual. (BRASIL, 2016, p.336; 352; 360).

A medida que na área de conhecimento da língua estrangeira dos anos finais do ensino fundamental, apresenta as HQs, gênero do discurso, entre as recriações dos textos artísticos literários. E propõe a sua utilização como atividade que “[...] envolve a fruição estética, a criatividade imaginativa e a reflexão sobre si e os grupos de pertencimento, a relação com o outro e com o entorno, mudanças, conflitos e desafios pessoais e coletivos [...]” (Idem, p.372).

Desse modo a abordagem das histórias em quadrinhos como conteúdo das áreas da linguagem na segunda versão da base comum curricular compreende ao desenvolvimento de habilidades e competências. Que vão desde a identificação; construção de sentido; fruição estética; reflexão crítica; apropriação e elaboração desse gênero complexo do discurso.

CONCLUSÃO

As histórias em quadrinhos entendidas como um gênero do discurso complexo, um sistema narrativo dinâmico. Capaz de incorporar de forma particular outros gêneros do discurso, devido a relação que estabelece entre a linguagem visual e a textual. Acrescido da interação estabelecida entre o leitor e a história em quadrinhos, por meio construção e indução de sentido dos espaços entre vinhetas existentes na arte sequencial gráfica.

⁸ Espaço entre as vinhetas que [...] é o fomentador do processo dedutivo do leitor. Esta palavra deriva do termo em inglês *gutter*, cuja tradução oficial no Brasil é sarjeta. (MACCLOUD *apud* SILVA, 2010, p. 39).

⁹ Painéis onde são colocados textos que indicam a passagem de tempo ou de espaço, a simultaneidade de acontecimentos etc. (SANTOS, 2010, p. 47)

¹⁰ Relação signo linguístico/objeto [...] sonora convencional, geralmente imotivada. (CAGNIN, 1975, p. 30).

¹¹ Aplicação dos signos visuais na representação de conceitos abstrato. (Idem, p. 191)

¹² Indicam o movimento dos personagens ou a trajetória de objetos em plena ação. (SANTOS *apud* TANINO, 2011, p.17).

Em outras palavras, a medida que as particularidades desse gênero complexo do discurso facilitam a compreensão do sentido geral, através da relação entre imagens e palavras. Demandam dos leitores modernos uma reflexão crítica, capaz de identificar mais que o gênero em si, como também as relações com os demais gêneros do discurso.

Sendo assim as HQs solicitam de seus leitores determinados conhecimentos específicos para a sua plena assimilação de informação. Logo, entende-se a necessidade do desenvolvimento dessa capacidade, especialmente da leitura da imagem. A fim de compreender mais que o sentido global da mensagem transmitida. Desse modo os leitores instruídos no gênero por um docente, devidamente capacitado no assunto, possam afastar-se da coerção da linguagem por imagens e sejam capazes de realizar uma reflexão crítica da leitura.

Dessa forma as propostas de utilização das histórias em quadrinhos como conteúdo das áreas da linguagem na segunda versão da base comum curricular, ao menos no que concerne ao desenvolvimento de habilidades e competências de leitura, são bem vindas. Pois estruturam-se na identificação das particularidades da história em quadrinhos; construção de sentido; fruição estética; reflexão crítica; apropriação e elaboração desse gênero complexo do discurso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Licinio Nascimento de. **Retórica do Design**. 2009. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13975/13975_5.PDF>. Acesso em: Fev. 2017.

BARI, Valéria Aparecida; SANTANA, Glêyse Santos. **Representações religiosas na obra quadrinhística de Marcio Baraldi**. In: BRAGA, Amaro X; REBLIN, Iuri. Religiosidades nas Histórias em Quadrinhos. Leopoldina: ASPAS, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Fev. 2017

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: Fev. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: proposta preliminar**. 2 ed. Brasília. 2016.

CAGNIN, Antônio Luiz. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

COSTA, Robson Santos. **As histórias em quadrinhos como gênero discursivo**. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_lg10_artigo_1.pdf>. Acesso em: Fev. 2017.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Tradução Pérola de Carvalho. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIMA, Erida Souza. **Trabalhando com o gênero textual história em quadrinhos no ensino de línguas estrangeiras**. V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Disponível em: <www.educonufs.com.br/.../Microsoft%20Word.>. Acesso em: Fev. 2017.

GORDON, Ian. **HQ e Cinema**. 9ª Arte São Paulo, vol. 4, n. 2. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/180/180>>. Acesso em: Fev. 2017

SILVA, Guilherme Mariano Martins da. **A descentralização do conceito de super-herói paladino e a crise de identidade pós-moderna**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99090/silva_gmm_me_sjrp.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, Roberto Elísio dos et al. **Narrativas gráficas como expressões do ser humano**. In. TRAMA INTERDISCIPLINAR - Ano 1 - Volume 2 - 2010. Disponível em: <<http://repositorio.uscs.edu.br/handle/123456789/159>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

TANINO, S. **Histórias em quadrinhos como recurso metodológico para os processos de ensinar**. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/SONIA%20TANINO.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.